

Lei n° 1/62. -

A Câmara Municipal de Barra do Garanha, Estado do Paraná, decretou e eu Prefeito Municipal  
sanciono a seguinte Lei:-

Artº 1º.- Fica criada uma Escola Municipal  
no lugar denominado Barra Mansa, neste Mun-  
icipio, devendo ser construída ali uma Casa Esco-  
lar em terreno doado pelo Mr. Bento Guilherme.

Artº 2º.- A despesa decorrente da ex. avão e cons-  
trução da referida Escola, correrá pela verba pri-  
pria do corrente exercício.

Artº 3º.- A presente Lei entrará em vigor na di-  
ta de sua publicação, revogadas as disposições em con-  
trário feitas pelo Prefeito Municipal de Barra do Garanha-  
do Sul, em 7 de fevereiro de 1.962.

José Amaro  
Prefeito Municipal  
Mester Amaro  
Fernandes

Lei n° 2/62. -

A Câmara Municipal de Barra do Garanha, Estado  
do Paraná, decretou e eu Prefeito Municipal,  
sanciono a seguinte Lei:-

Artº 1º.- Fica o Poder Executivo Municipal au-  
torizado a pagar à Dona Clícia Michelon, a  
quantia de R\$ 761.073,00 (Setecentos e sessenta  
e um mil e setenta e três reais em cruzeiros), referente  
à construção de um "poço artesiano", construído no-  
ta cidade.

0

Artº 2º - Fica igualmente autorizado o Gobernador Executivo, a abrir o crédito especial de L.º. - 161.073,00 (secentos e sessenta e um mil e setenta e três reais e zero centavos), para cobrir as despesas a que se refere o Artº 1º da presente Lei.

Artº 3º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, nomeadamente do Decreto Municipal de Barreiras do Sul, em 7 de fevereiro de 1962.

*J. P. J. B. C.  
Prefeito Municipal  
Cestes Ferreira  
Secretário*

*Lei n° 3/62. -*

A Câmara Municipal de Barreiras do Sul, Estado de Bahia, decretou e eu Prefeito Municipal, nomeo a seguinte Lei:-

Artº 1º - Fica o Gobernador Executivo autorizado a doar à Vila Diocesana de Toledo, os batos numerados 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Rua da n° 21, do Bairro Urbano desta cidade.

Artº 2º - Fica ainda o Gobernador Executivo autorizado a mandar proceder a transferência de domínio vitalício ao domínio pleno, a área que constitui os batos, e deduzida área foral que menciona o Registro n° 16 f, do Livro n° 4, fl. 32, do Registro General de Imóveis da Comarca de Guanabuara, e resento de qualquer despesa por parte da concessionária.

Artº 3º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.